1 Introdução

“É imensa a distância entre o livro impresso e o livro lido, entre o livro lido e o livro compreendido, assimilado, sabido!”¹

Gaston Bachelard

As reflexões epistemológicas atuais tendem a reconhecer a complexidade das relações sociais em constante transformação através do surgimento crescente de perspectivas que sustentam a descontinuidade e a fragmentação contrárias à concepção moderna.

O postulado da pureza metodológica em Hans Kelsen, como pressuposto vertebral para o desenvolvimento do projeto da Teoria Pura do Direito, delimita o campo temático da Ciência do Direito, que é a tarefa fundamental para a constituição de uma “Ciência do Direito em sentido estrito.”² Neste sentido, o referido projeto está incluído no paradigma de conhecimento da modernidade que apresenta uma visão epistemológica objetivista, ordenadora, homogênea e totalizante.

Concomitantemente, identifica-se, no campo jurídico, a insuficiência do ponto de vista normativista e semiológico do positivismo jurídico, no qual a Teoria Pura do Direito aparece como marco representativo, para atender às demandas sociais.

Neste contexto, é pertinente adotar a obra de Luis Alberto Warat como marco de trabalho pelo fato da mesma enfrentar de forma crítica as questões sobre o poder, o direito e a ciência produzidas na modernidade,³ ainda presentes nos tempos atuais, perambulando sem respostas dentro dos muros universitários brasileiros.

---

¹ BACHELARD, G., *A formação do espírito científico: contribuição para a psicanálise do conhecimento*, p. 10.

² WARAT, L. A., *Do postulado da pureza metódica ao princípio da heteronímia significativa*. In: WARAT, L. A., *Epistemologia e ensino do direito: o sonho acabou*, p. 236.

³ PANTOJA, L. M. X. P., *Fragmentos amorosos de um discurso jurídico – ou fragmento jurídico de um discurso amoroso*. In: WARAT, L. A., *Epistemologia e ensino do direito: o sonho acabou*, p. 12.

A leitura do postulado da pureza metodológica em Kelsen é realizada a partir das críticas a sua pretensa despolitização e na sua perpetuação no “senso comum teórico dos juristas”⁴, realizadas principalmente na década de 80 por Luis Alberto Warat, utilizando como marco a obra *A pureza do poder: uma análise crítica da teoria jurídica*.⁵

Os obstáculos na trajetória de basear uma análise em obras de Warat devem ser reconhecidos, pois o próprio autor considera sua obra indomável “como um cavalo dos pampas”⁶, além da possibilidade da mesma gerar “embaraços intelectuais”⁷.

Porém, este ponto de referência pode ser visto como um desafio, no qual um “intelectual inesperado”⁸, que sempre se encantou pelos temas *proibidos*, abre um campo de possibilidades para a reflexão sobre a postura epistemológica e pedagógica do jurista, incitando a criação de objetos de conhecimento.

Neste ponto, compreende-se ser relevante explicar a preferência por um autor a partir do encontro de Roland Barthes com o seu fotógrafo favorito, encontro este explicitado quando o autor diz que “... tinha encontrado o “meu” fotógrafo; mas não, não gosto de todo Mapplethorpe”⁹, da mesma forma, certamente também não são todas as propostas e posicionamentos de Luis Alberto Warat que serão assumidos no desenvolvimento deste trabalho.

Impossível concordar, considerando o escopo da delimitação deste trabalho, com todos os entendimentos de um autor como Warat, que tem um grande volume de produção acadêmica¹⁰, em que a reformulação de posicionamentos é uma constante¹¹, e que “navega” com naturalidade pelas mais

⁴ Este conceito foi desenvolvido por Warat e será esclarecido adiante.

⁵ WARAT, L. A., *A pureza do poder: uma análise crítica da teoria jurídica*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1983.

⁶ WARAT, L. A., *Introdução*. In: MONDARDO, D., *20 ANOS Rebeldes: o Direito à luz da proposta filosófico-pedagógica de L.A. Warat*, p.11.

⁷ Barthes utiliza esta expressão na sua Aula inaugural da cadeira de Semiologia Literária do Colégio de França para expressar suas dúvidas acerca das razões que levaram a este tradicional colégio onde reinava a ciência, o rigor e a invenção disciplinada a recebê-lo. Cf. BARTHES, R., *Aula*, p.8.

⁸ *Ibid.*, p. 12.

⁹ BARTHES, R., *A câmara clara: nota sobre fotografia*, p. 32.

¹⁰ Em busca efetuada na Plataforma Lattes do CNPq consta que Luis Alberto Warat publicou 53 artigos em periódicos e 39 livros, sem considerar as inúmeras orientações de dissertações e teses ao longo de sua carreira acadêmica. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/index.jsp>. Acesso em: 15 abr. 2008, 14:30.

¹¹ Antonio Carlos Wolkmer analisa a obra de Warat no mesmo sentido: “Por se tratar de um pensador em constante processo de criação e recriação de suas idéias, torna-se deveras complexo demarcar com precisão, em Luis Alberto Warat, não só a extensão de seus horizontes teóricos

diversas áreas do saber: do Direito à Psicanálise, do Ensino à Metodologia, da Filosofia Política à Semiologia, da Arte à Filosofia do Direito.

A referência às obras de Warat na presente análise pode ser ainda esclarecida pela compreensão de Umberto Eco sobre a relação entre o autor de um texto e seu leitor, no sentido em que se apreende que no desenvolvimento de um trabalho teórico a partir da leitura de um autor objetiva-se interpretar o texto e não as intenções do autor empírico que “deve permanecer em silêncio”.¹² Dentro desta lógica de idéias, busca-se uma interpretação sustentável¹³, ou seja, ao se falar de uma leitura *waratiana* busca-se um equilíbrio entre a intenção do autor e a intenção do leitor, intérprete.

A escolha do tema e de Warat como marco teórico advém da perspectiva de produção de um saber crítico no campo jurídico que se coadune ao *novo espírito científico*¹⁴ proposto por Gaston Bachelard e da percepção que, para tanto, é imprescindível uma “análise semiológica sobre as capacidades geradoras da teoria jurídica”.¹⁵

Ademais, a maioria das controvérsias levantadas frente a obras de autores que pretendem desenvolver um saber crítico advém em certa medida do imaginário jurídico que se limita a pensar o campo jurídico dentro da normatividade, de forma que qualquer pensamento fora desta referência não poderia ser considerado jurídico.

Ao se colocar a perpetuação do normativismo no imaginário jurídico não se deixa de reconhecer as pesquisas de juristas que trabalham fora destes limites, conseguindo desenvolver um pensamento crítico e alternativo dentro das universidades.¹⁶

---

como, sobretudo, o início e o término dos diferentes momentos de sua produção epistêmica.” WOLKMER, A. C., *Introdução ao Pensamento Jurídico Crítico*, p. 116.

¹² ECO, U., *Interpretação e Superinterpretação*, p. 93.

¹³ A interpretação sustentável é aquela realizada por um leitor sensível e responsável que respeita o pano de fundo cultural e lingüístico do autor lido. Cf. *Ibid.*

¹⁴ Gaston Bachelard distingue a história do pensamento científico em três etapas: a primeira é denominada de *estado pré-científico* (antiguidade clássica até o século XVIII); a segunda representa o *estado científico* (fim do século XVIII ao início do século XX); a terceira seria a era do *novo espírito científico* (início em 1905). O marco desta nova era para o pensamento científico seria a Teoria da Relatividade de Einstein. Cf. BACHELARD, G., *A formação do espírito científico: contribuição para a psicanálise do conhecimento*, p. 9.

¹⁵ WARAT, L. A., *O lugar da fala: digna voz da majestade*. In: FALCÃO, J.(Org)., *Pesquisa científica e direito*, p. 82.

¹⁶ Entre os juristas brasileiros que desenvolvem um pensamento crítico podem ser citados: Antonio Carlos Wolkmer, Gisele Cittadino, Maria Guadalupe Piragibe da Fonseca, Leonel Severo da Rocha, José Maria Gómez, Carlos Alberto Plastino, José Eduardo Faria, José Alcebíades de

Outra possibilidade aberta pelas obras de Warat e outros autores de diversos campos do saber designados críticos, como Roland Barthes, Foucault, Deleuze e Antonio Negri, é a de se trabalhar no campo do óbvio que nunca foi dito. Apenas o óbvio, o evidente, é capaz de estupefar, surpreender.¹⁷ Assim, o campo do óbvio deve ser entendido como a exposição do saber reprimido, “do que negamos ver que vemos”.¹⁸

Nesta perspectiva, pretende-se refletir sobre as possibilidades de um saber crítico como um nível de significação para o campo jurídico que questione a “mitologia disciplinar instituída”.¹⁹ Desta forma, o conhecimento crítico do direito deve ser compreendido como um campo de revisão dos valores epistemológicos que legitimam a produção de dogmas, ou seja, verdades jurídicas consagradas e, portanto, inquestionáveis.²⁰

Dogma é uma verdade *a priori*, é um ponto de partida para o raciocínio. Ao se tratar sobre a questão do conhecimento deve-se interrogar sobre a problemática da verdade. Neste sentido, ao ser analisada a história do conhecimento científico, conclui-se que as verdades não são absolutas, elas são transitórias ou até consensualmente aceitas.

Nesta tarefa, a crítica ao postulado da pureza metodológica de Hans Kelsen torna-se necessária para a identificação da perpetuação deste critério epistemológico no “senso comum teórico dos juristas” como um ponto essencial para uma crítica sobre a imobilidade do jurista e do ensino jurídico, que inviabiliza a pluralidade das produções científicas.

Luis Alberto Warat introduz na reflexão jurídica o conceito do “senso comum teórico dos juristas” como “uma esfera simbólica altamente padronizada,

---

Oliveira Júnior, Horácio Wanderlei Rodrigues, Roberto Lyra Filho, Luis Fernando Coelho, Luis Edson Fachin, Ovídio Araújo Baptista da Silva, Edmundo Lima de Arruda Júnior, Joaquim Falcão, Lédio Rosa de Andrade, o próprio Luis Alberto Warat, entre outros. Estes nomes foram selecionados entre autores que possuem obras na área, participantes da ALMED ou que possuem grupos de pesquisa sobre o tema, cadastrados no CNPq. Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/>. Acesso em: 15 abr. 2008, 15:30.

¹⁷ BARTHES, R., *Aula*, p. 46.

¹⁸ WARAT, L. A., *Por quem as sereias cantam: Informe sobre Ecocidadania, gênero e Direito*. In: *Territórios desconhecidos: a procura surrealista pelos lugares do abandono do sentido e da reconstrução da subjetividade*, p. 532.

¹⁹ Id., *El jardín de los senderos que se bifurcam*. In: WARAT, L. A. *Epistemologia e ensino do direito: o sonho acabou*, p. 469.

²⁰ Id., *Saber crítico e senso comum teórico dos juristas*. In: WARAT, L. A. *Epistemologia e ensino do direito: o sonho acabou*, p. 27.

instituída e capitalizada a favor do modo de semiotização dominante”²¹ que seria uma forma de instrumentalizar as obviedades do imaginário jurídico.

A categoria “senso comum teórico dos juristas” é apresentada como instância privilegiada para que o postulado da pureza metodológica apresente sua dimensão mítica, daí decorre a sua relevância para o presente estudo.

Deve-se esclarecer que o senso comum teórico não é um privilégio do campo jurídico, mas está presente em qualquer “ciência”²², por isso será contextualizado²³ o imaginário jurídico dominante a partir da análise de visões paradigmáticas e pós-paradigmáticas. Para abarcar estas duas visões de mundo e de conhecimento ao longo do trabalho foi adotada a categoria freudiana denominada *sistemas ilusórios*, pela sua abrangência.

Considerada a complexidade da abordagem, com o fim de apresentar as características do modelo paradigmático moderno, que fundamenta a inteligibilidade do real do postulado ora analisado, parte-se da idéia de existência de um duelo entre duas modernidades, desenvolvida por Antonio Negri e Hardt, como categoria analítica, em que o projeto da Teoria Pura do Direito se apresenta incluída no projeto mais amplo da Modernidade Hegemônica.

A proposta transrealista de Warat e a idéia de modernidade imanente expostas por Antonio Negri e Hardt, são apresentadas como alternativas criativas para o enfrentamento dos impasses do paradigma moderno.

Especificamente, a proposta transrealista de Luis Alberto Warat é apresentada como uma possibilidade para o enfrentamento do sentimento de vazio contemporâneo. O transrealismo é adotado como um olhar que apresenta propostas para o desenvolvimento de um saber crítico que possibilite os devires, ao invés do sentimento de melancolia frente à condição moderna apresentada por algumas análises desta condição de conhecimento.

Previamente à crítica ao postulado da pureza metodológica, se desenvolve um encontro com o projeto da Teoria Pura do Direito, principalmente do princípio metodológico em foco, com vistas à contextualização do pensamento kelseniano

---

²¹ STRECK, L. L., *A revelação das “obviedades” do sentido comum e sentido(in)comum das “obviedades” reveladas*. In: OLIVEIRA JUNIOR, J. A., *O poder das metáforas: homenagem aos 35 anos de docência de Luis Alberto Warat*, p.53.

²² WARAT, L. A., *O lugar da fala: digna voz da majestade*. In: FALCÃO, J. (Org), *Pesquisa científica e direito*, p. 83.

²³ “O contexto de um elemento X qualquer é, em princípio tudo o que cerca este elemento.”CHARAUDEAU, P.; MANGUENEAU, D., *Dicionário de análise do discurso*, p.127.

ao pensamento da sua época e às influências neokantianas da pureza metodológica. Este resgate da obra mais famosa de Kelsen permite uma maior qualificação da crítica que se pretende desenvolver, diminui-se assim a possibilidade de uma crítica fora do lugar.

A análise semiológica do campo jurídico foi considerada a mais adequada na tarefa de revelar a dimensão mítica da pureza metodológica, por se tratar do estudo do mito como metalinguagem. Com este fim, foi adotada como referência a obra de Roland Barthes, que considera o mito um sistema semiológico correspondente à ideologização, ao estabelecer a deformação de sentido.

A categorização de Barthes será adotada para a articulação do sentido lingüístico da discursividade na concretude dos signos com o translingüístico em sua dimensão sócio-histórica. Neste sentido, o referido autor abre novas janelas para o estudo, ao considerar o discurso como um jogo dialético do signo que está conectado com o poder.

Assim, pretende-se demonstrar que este processo de mitificação se apresenta no campo jurídico como o que Gaston Bachelard denominou *obstáculo epistemológico* para a implementação de propostas que percebam a ciência jurídica e o seu ensino a partir de uma perspectiva crítica.

Com isso, surge mais uma “cúmplice”²⁴ de Warat, na tarefa de revelar o mito da pureza metodológica. Neste contexto, o cúmplice não é aquele que simplesmente repete um discurso do autor²⁵, mas que compartilha da revelação e constatação das incertezas e incompletudes como pressupostos para o saber.

Assim, pretende-se “caminar”²⁶ enfrentando as desconstruções e propostas do referido autor como um aprendizado para enfrentar os obstáculos acadêmicos e olhar de outra forma os objetos de conhecimento que serão explorados no percurso acadêmico.

---

²⁴ Segundo a lógica pedagógica de Warat de não submissão na relação entre professor e aluno, o primeiro não forma discípulos, mas cúmplices. Cf. MONDARDO, Dilsa. , *20 ANOS Rebeldes: o Direito à luz da proposta filosófico- pedagógica de L.A. Warat* , p. 13.

²⁵ WARAT, L. A. *O mestre: sua luz e sombras*. In: OLIVEIRA JUNIOR, J. A., *O poder das metáforas: homenagem aos 35 anos de docência de Luis Alberto Warat*, p. 13.

²⁶ Lenio Streck fala em “caminar” ao se referir a Warat, ao meu ver, como forma de demonstrar seu afinco em compreender o autor que fala castelhano. STRECK, L. L., *A revelação das “obviedades” do sentido comum e o sentido (in)comum das “obviedades” reveladas*. . In: OLIVEIRA JUNIOR, J. A., *O poder das metáforas: homenagem aos 35 anos de docência de Luis Alberto Warat*, p. 53.

O encanto pela caça aos mitos é o ponto de partida para o desenvolvimento deste trabalho, pois permite que se perambule no campo da transdisciplinaridade — perpassa o campo da Teoria do Direito, da Filosofia da Linguagem, da Epistemologia, da Teoria da Argumentação — e das significações normativas, com o fim de que se construam novos lugares de fala e novas possibilidades para a linguagem jurídica.